



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo: 031/SEMSAU/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E DE CONTROLE ESPECIAL PERTENCENTES À PORTARIA 344/98-MS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED E SENTENÇAS JUDICIAIS.

Responsável pela Unidade: Jair Godinho Da Silva, Portaria 015/GP/2025.

Responsável pela Elaboração do ETP: Beatriz Nicolaeiwski Ramalho, matrícula 1352.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo **031-1/SEMSAU/2026**, que se trata de registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos de a à z, referência/ético, similar, genérico e biológico e outros, que compõe a farmácia básica, injetáveis e de controle especial pertencentes à portaria 344/98-ms, que compõe a tabela da câmara de regulação do mercado de medicamentos – CMED e sentenças judiciais.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de medicamentos pelo poder público está diretamente vinculada ao interesse público, pois responde à garantia constitucional de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” — promovendo ações que assegurem redução de riscos de doença e acesso universal e igualitário a medicamentos essenciais. Esse é um dos principais fundamentos da política de Assistência Farmacêutica no SUS, que inclui a seleção, programação, aquisição, distribuição e uso racional de medicamentos para a melhoria da saúde coletiva.

O objetivo central das aquisições públicas de medicamentos é garantir que toda a população tenha acesso aos medicamentos necessários, independentemente de sua condição socioeconômica. As compras públicas permitem que medicamentos de referência, genéricos, similares, biológicos, injetáveis e controlados sejam disponibilizados nas unidades de saúde sem custo direto ao usuário — favorecendo a equidade no acesso à saúde pública e reduzindo desigualdades regionais e sociais.

O interesse público também está relacionado ao dever de transparência e controle social das aquisições públicas. Os processos de compra devem ser feitos de forma aberta, com ampla pesquisa de preços, respeito aos limites legais (ex.: preços da CMED), e prestação de contas à sociedade. Isso cria mecanismos de controle e evita práticas que possam comprometer o erário ou favorecer interesses particulares em detrimento do bem comum.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- Após recebimento da nota de empenho a empresa terá o prazo de 15 (quinze) dias UTEIS.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

- Os medicamentos deverão ser entregues na farmácia municipal, localizado na Unidade Básica de Saúde Manoel de Lara na Av. Jorge Teixeira, Centro de Primavera de Rondônia-RO.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.3 Dar plena garantia sobre a qualidade dos serviços, respeitando os prazos propostos e fazendo as substituições quando solicitado pelos responsáveis;

4.4. Atender às exigências do art. 14 da Lei n. 14.133/2021, que estão expostas abaixo: Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: [...]

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante. [...].

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Planejamento e Orçamento:

- Planejamento das necessidades: Antes da aquisição, o órgão público deve realizar um levantamento das necessidades de medicamentos com base em dados históricos, estudos epidemiológicos, e as demandas previstas para o período.
- Previsão orçamentária: Os recursos necessários para a compra dos medicamentos devem estar previstos no orçamento anual do órgão público, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Autorização do processo de compra: A aquisição de medicamentos precisa ser autorizada pela administração pública dentro do seu orçamento aprovado.

Exigências Técnicas e Regulatórias:

- Registro na Anvisa: O medicamento a ser adquirido deve ser registrado na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), conforme exigido pela Lei 6.360/1976, para garantir que o medicamento atenda aos padrões de qualidade, eficácia e segurança exigidos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

- Boas Práticas de Fabricação: O fornecedor deve comprovar que segue as Boas Práticas de Fabricação (BPF), conforme normas da Anvisa, para garantir que o medicamento seja produzido em condições adequadas.
- Garantia de Qualidade: O medicamento deve ser garantido pelo fornecedor quanto à sua qualidade e eficácia durante o período de validade.

Fiscalização e Controle:

- Conformidade com a Legislação: O órgão público deve garantir que o processo de aquisição esteja em conformidade com as normas de transparência e legalidade, incluindo a publicação dos processos licitatórios no Diário Oficial e a disponibilização de informações sobre as aquisições.
- Fiscalização da Entrega: Após a compra, o órgão público deve realizar a fiscalização da entrega dos medicamentos, verificando se estão em conformidade com o que foi solicitado no contrato e no edital.
- Armazenamento e Distribuição: O órgão público deve garantir o correto armazenamento dos medicamentos adquiridos, com controle de temperatura, umidade, e prazos de validade, para assegurar que os medicamentos não sejam comprometidos antes do uso.

Regulamentação Específica (SUS e Sistema de Saúde):

- Aquisição pelo SUS: Quando a compra é realizada para o Sistema Único de Saúde (SUS), os medicamentos devem ser adquiridos conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Isso pode envolver políticas específicas, como a compra centralizada (no caso de medicamentos essenciais ou para doenças prioritárias).
- Programas de Assistência Farmacêutica: Os órgãos públicos devem garantir que a compra de medicamentos atenda às demandas de programas específicos, como o Programa Farmácia Popular ou programas de controle de doenças crônicas (exemplo: diabetes, hipertensão).
- Distribuição e Acesso: A distribuição dos medicamentos deve seguir a rede de saúde pública, sendo acessível para a população-alvo dos programas, como unidades de saúde, postos de saúde, ou hospitais.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O estimativo do quantitativo está sendo baseado nas necessidades das secretarias deste município, sendo especificada através do Documento de Formalização de Demanda – DFD em anexo no processo.

As descrições e quantitativos estão presentes no **ANEXO II** deste Estudo Técnico Preliminar – ETP.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação será o valor de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), conforme relatório em anexo da Farmacêutica Heloisa Cristina de Limas, CRF nº 1052/RO, desta forma trata-se do valor de referência para a aplicação do MAIOR DESCONTO. Sendo feito uma pesquisa em atas feitas no último ano, que se verificou que contratações públicas recentes aplicam descontos médios entre 05% e 22% sobre o PMVG da CMED, resultando uma medida **12,33%**.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ademais, a adoção do parcelamento visa propiciar a ampla participação de licitantes, assegurando-se, dessa forma, a concretização do primado da competitividade.

Em vista disto, o princípio do parcelamento poderá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto não gera perda significativa a Administração, e que os eventos são organizados com prazo de antecedência suficiente para que as empresas possam ser contatadas e se organizem a tempo.

Desta feita, a solução será em itens.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes, tendo em vista o objeto contemplar em sua totalidade a especificação/descrição da necessidade do município para que o mesmo possa fazer uso.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação foi inserida no Plano Anual de Contratações do ano de 2026, tendo em vista ser necessária a aquisição de material de limpeza por ser essencial para o andamento das unidades administrativas.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Realizar aquisição, conforme reza a legislação para licitação vigente, visando atender as demandas das unidades e as determinações judiciais para fornecimento dos referidos medicamentos, dando continuidade ao atendimento dos pacientes que utilizam o sistema SUS municipal.

Com a aquisição dos itens já mencionados no descritivo busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício, melhor proposta possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que essa aquisição, ora para licitação sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável, com vista a garantir a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos nas Unidades de Saúde.

A aquisição de medicamentos de A a Z (referência, similares e genéricos), tem como objetivo final garantir o acesso da população a tratamentos eficazes, contínuos e seguros. Para isso, os resultados esperados com a implementação da solução de aquisição abrangem aspectos assistenciais, administrativos, econômicos e sociais, conforme especificados abaixo:

Garantia do Abastecimento Contínuo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

- Manter estoques regulares e suficientes para atender à demanda das unidades de saúde.
- Reduzir ou eliminar situações de desabastecimento, principalmente de medicamentos essenciais e de uso contínuo.

Melhoria na Qualidade da Assistência à Saúde

- Assegurar que os pacientes recebam os medicamentos corretos, no tempo adequado e em quantidade suficiente;
- Contribuir para a adesão ao tratamento e melhores desfechos clínicos.

Racionalização dos Recursos Públicos

- Obter melhores preços por meio de processos competitivos e bem planejados;
- Reduzir desperdícios, perdas por vencimento e estoques ociosos;
- Aumentar a eficiência na gestão dos contratos e nas entregas.

Transparência e Conformidade legal

- Garantir processos de aquisição que sigam os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Promover a rastreabilidade e a auditabilidade de todas as etapas da aquisição.

Otimização da Gestão de Estoques

- Implantar sistemas informatizados e integrados que permitem o monitoramento em tempo real dos estoques;
- Utilizar indicadores de desempenho para orientar decisões gerenciais.

Satisfação dos Usuários e Profissionais de Saúde

- Aumentar a confiança da população no sistema público de saúde.
- Melhorar a rotina dos profissionais, com menor tempo gasto na resolução de falhas de abastecimento.

Sustentabilidade e Inovação no Processo

- Promover práticas sustentáveis, como compras com menor impacto ambiental.
- Estimular o uso de tecnologias inovadoras para previsão de demanda e controle de qualidade.

12. PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda aos procedimentos para fiscalização dos contratos administrativos. Assim, previamente à contratação, a Administração adotará ações para adequação e organização do ambiente, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

- Definição de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;
- Definição de planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado.

Todas as demais providências foram tomadas e adotadas pela administração, previamente à celebração do contrato, tais como pequenas intervenções, adaptações no seu espaço físico, infraestrutura, ajustes, adequações e alterações na estrutura organizacional.

13. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Conforme anexo I.

14. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de subsidiar a contratação para aquisição de medicamentos, foi realizado um levantamento de mercado visando identificar os principais fornecedores atuantes no segmento, os preços atualmente praticados e as condições comerciais disponíveis.

Considerando tratar-se da aquisição de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e padronizados conforme a regulamentação da ANVISA e da CMED, verificou-se que existem diversas opções de fornecedores com capacidade técnica e comercial para atender às exigências da Administração. Essa realidade reforça a viabilidade de ampla concorrência, promovendo melhores condições de negociação para a Administração Pública.

Em levantamento de mercado, encontramos as possíveis soluções:

Solução 1: Credenciamento de farmácias locais para fornecer medicamentos aos usuários da rede pública de saúde.

Solução 2: Adesão à Ata de Registro de Preços "Carona" em processo já vigente.

Solução 3: Contratação de empresa através de Ata de Registro de Preços para a compra de medicamentos.

Solução 1 entende-se inviável, não demonstra vantajosidade analisando a possível dificuldade em garantir uniformidade nos preços praticados e controle de qualidade, exige uma estrutura administrativa eficiente para monitorar o credenciamento e o cumprimento das regras, necessidade de auditorias regulares para garantir que as farmácias estejam fornecendo os medicamentos corretos e dentro das normas estabelecidas.

A **Solução 2** seria viável a esta Administração em termos de celeridade, mas quando foi feito o estudo de viabilidade, verificou-se a ausência de vantajosidade econômica aos cofres públicos, nas Atas encontradas. Assim, esta opção foi descartada por esta equipe de planejamento, sendo declarada inviável.

Portanto a **Solução 3** se mostra a mais viável e vantajosa para atender às necessidades da rede pública de saúde baseada nos seguintes fatores:

a) compra centralizada de medicamentos por meio de uma Ata de Registro de Preços permite a obtenção de melhores condições de preço, ao adquirir medicamentos em grandes volumes, a administração pública consegue negociar preços mais competitivos,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

resultando em uma otimização dos recursos públicos e permitindo que o orçamento seja mais bem aproveitado;

b)A Ata de Registro de Preços também possibilita uma maior previsibilidade de custos ao longo do contrato, uma vez que os preços dos medicamentos são fixados durante o período de vigência da ata, evitando flutuações de mercado;

c)A centralização da compra de medicamentos oferece maior facilidade no controle da qualidade e da conformidade dos produtos fornecidos;

d)A contratação por meio de uma Ata de Registro de Preços reduz a complexidade administrativa quando comparada ao credenciamento de várias farmácias locais, que exigiria um acompanhamento constante, auditorias individuais e maior mão-de-obra para gerir diversos contratos e garantir que cada farmácia cumpra as exigências, diminui o risco de despadronização no fornecimento de medicamentos, ao garantir que todos os produtos sejam adquiridos de fornecedores homologados e com o mesmo padrão de qualidade;

Conclusão: Dado o contexto da rede pública de saúde, onde a gestão eficiente de recursos e a garantia de abastecimento contínuo são primordiais, a contratação de empresa por meio de Ata de Registro de Preços é a escolha mais adequada. Além disso, ela permite à administração pública manter um controle rigoroso sobre a qualidade dos medicamentos e assegurar uma distribuição eficaz, minimizando os riscos de falta de produtos nos pontos de atendimento.

15. FORMA DE SELEÇÃO DE FORCEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma da Registro de Preços, com base no art. 6º, XLI e art. 29, ambos em conformidade com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 2948/GP/2023, e demais legislações aplicáveis. Haja vista a conveniência da contratação com previsão de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários.

Além do mais o registro de preços permite que a administração pública mantenha um banco de dados com os preços registrados, possibilitando contratações futuras sem a necessidade de um novo processo licitatório para cada aquisição.

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

Os materiais objeto dessa contratação têm impactos ambientais baixos. Com isso, espera-se que sejam mitigados os impactos ambientais.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

DA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte responsável:

Beatriz Nicolaeiwski Ramalho
RESPONSÁVEL

DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que autorizo a contratação nos termos concluídos.

Jair Godinho da Silva
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

ANEXO I

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto
O risco de não ter orçamento disponível para contratação é a impossibilidade de realizar a contratação necessária para atender às demandas e objetivos da organização. Isso pode resultar em atrasos em projetos ou serviços, interrupção de atividades, insatisfação de clientes ou usuários, penalidades contratuais e impactos negativos na reputação da organização. Além disso, a falta de orçamento pode dificultar o alcance das metas e objetivos estabelecidos, bem como a implementação de iniciativas estratégicas. Portanto, é importante garantir que haja orçamento disponível e suficiente para as contratações planejadas.	
Ação Preventiva	Responsável
Buscar base no Planejamento Estratégico da Instituição.	Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos postos de serviço demandados.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 02 – Prestação insuficiente dos serviços	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Serviços sendo prestados de forma insuficiente não atenderá as necessidades da Secretaria deste município.	
Ação Preventiva	Responsável
Revisão de cada cláusula de obrigações da contratação e forma de prestação do serviço. Sugestão de penalidade pelo fiscal da contratação.	Equipe de Fiscalização
Ação de Contingência	Responsável
Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de Fiscalização

Risco 03 – Falta de interesse dos fornecedores por conta de especificações muito restrita do objeto	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada	
Ação Preventiva	Responsável



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP

Especificação mínima para atender as necessidades da Instituição, sem restringir a competitividade.	Comissão de licitação e pregoeiro
Ação de Contingência	Responsável
Adequações das especificações do objeto	Comissão de licitação e pregoeiro

Risco 04 – Execução em desacordo com o contrato	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Descumprimento de qualquer obrigação contratual assumida.	
Ação Preventiva	Responsável
Prever no edital e seus anexos as exigências da prestação do serviço e as sanções do não atendimento.	Solicitante e equipe de apoio
Ação de Contingência	Responsável
1- Comunicar formalmente a contratada sobre a ocorrência de descumprimento de obrigação assumida e dar prazo para manifestação, com apresentação de justificativa e correção do serviço, se for o caso.	Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato
2. Abrir Processo Administrativo Sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
Comissão Permanente de Licitações e Pregões - CPLP
ANEXO II

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL MINIMO DE DESCONTO%	EXTIMATIVA DE VALOR PARA AQUISIÇÃO
01	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.	0,01%	R\$ 700.000,00
02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z SENTENÇAS JUDICIAIS QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.	0,01%	R\$ 150.000,00
03	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z DE CONTROLE ESPECIAL PERTENCENTES À PORTARIA 344/98-MS QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED.	0,01%	R\$ 150.000,00